

Fim do recesso não deve diminuir ritmo de trabalho no Congresso, diz Lucena

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O Congresso Nacional encerrou na sexta-feira o período de convocação extraordinária, duplamente requisitada pelo presidente da República e pelos próprios parlamentares. Segundo o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), o saldo dos trabalhos legislativos é positivo. Para o senador, o fim do recesso parlamentar não deve representar o início de um ritmo de trabalho menos vigoroso.

A crise política, pensa Lucena, não pode servir de pretexto para um trabalho menos ágil no Congresso. E explica: "Isso para que a sociedade tenha noção da normalidade dos trabalhos do Legislativo e amanhã não diga que o Congresso prejudicou o País".

Menos satisfeito do que Lucena está o articulador político do governo, ministro Jorge Bornhausen. Ele lamenta o fato de que nem todos os projetos de interesse do Executivo tenham sido apreciados pelo Congresso.

A expectativa de Bornhausen é de que logo na primeira quinzena de agosto os parlamentares consigam avançar um pouco mais em suas deliberações. O Colégio de Líderes da Câmara deve se reunir nesta terça-feira para definir a pauta prioritária do semestre. O presidente da Casa, deputado Íbsen Pinheiro (PMDB/RS), defende a tese de que se deva elaborar uma pauta curta, com seis a oito projetos, mas viável.

Nessa reunião da Câmara, o deputado José Dutra (PMDB/AM), presidente da comissão especial que analisa a emenda do ajuste fiscal (uma das cinco do chamado "emendão"), deve fazer uma consulta às lideranças partidárias sobre o tipo de tratamento que deverá ser dispensado ao projeto de reforma fiscal encaminhado informalmente pelo governo ao Congresso.

PAUTA DA SEMANA

O ministro Bornhausen revelou na última quinta-feira que pretende organizar uma nova ofensiva governista na tentativa de adiantar a tramitação do projeto fiscal no Congresso. Ele admite que o presidente Collor pretende, até, convocar uma reunião do Conselho da República para discutir o assunto. Humberto Lucena critica essa iniciativa de Collor e lembra que quem deve discutir o projeto é o Congresso.

No Senado, os líderes partidários também têm reunião marcada para esta terça-feira. A idéia é definir a pauta de votação da semana. Pelo menos três matérias já estão prontas para a ordem do dia: o projeto que institui a Advocacia-Geral da União (deve ser votado na terça-feira), o projeto que regula a reforma agrária (previsto para ser apreciado na quarta-feira) e a emenda constitucional que antecipa a realização do plebiscito sobre sistema de governo (votação em segundo turno).